

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALAPRAIA



P
R
O
J
E
T
O

C
U
R
R
I
C
U
L
A
R

D
O

A
G
R
U
P
A
M
E
N
T
O

EDUCAR PARA O FUTURO

*“ Diz-me e eu esquecerei;
Ensina-me e eu lembrar-me-ei;
Envolve-me e eu aprenderei!”.*

Provérbio Chinês

2018-2019

INTRODUÇÃO	1
1. Campos de decisão curricular	2
1.1. Visão pedagógica.....	2
1.2. Estratégia Global.....	2
1.3 Opções e prioridades	3
1.4 Métodos e Estratégias de Ensino e de Avaliação	3
2. Oferta formativa	4
3. Complemento à Educação Artística/Oferta Complementar – Comunicação e Arte (C&A).....	4
4. Tutorias	4
5. Funcionamento das Atividades	5
6. Critérios para a elaboração dos horários dos alunos	5
7. Critérios para a formação de turmas/ distribuição de alunos	6
8. Critérios para a distribuição do serviço docente	6
9. Articulação curricular	8
10. Matrizes curriculares	9
11. O Centro de Apoio à Aprendizagem	14
12. Português Língua Não Materna	14
13. Medidas de Promoção do Sucesso Escolar	15
14. Avaliação.....	18
15. Ocupação de alunos por ausência do professor	19
16. Formação contínua.....	20
17. Autoavaliação do Agrupamento	20

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo, o Projeto Curricular de Agrupamento, enquanto parte integrante do Projeto Educativo, e o Regulamento Interno são os documentos orientadores da prestação do serviço educativo e dão origem ao Plano Anual de Atividades e aos diversos Planos de Turma.

O Projeto Curricular do Agrupamento pode definir-se “ como o conjunto de processos/ações da construção coletiva que concretizam as orientações curriculares de âmbito nacional, em propostas globais de intervenção pedagógico-didática, adequando-as ao contexto da escola. Este processo de construção e de adequação do currículo ao contexto específico da escola, tendo em conta as necessidades dos alunos, realiza-se no seio dos departamentos/grupos disciplinares pela articulação e sequencialidade dos conteúdos, dando origem a aprendizagens significativas, numa perspetiva integrada e interdisciplinar de saberes.” (Roldão, M.C.: 2000).

Este Projeto é o documento que consagra as orientações que adequam o currículo nacional do ensino básico à realidade do Agrupamento de Escolas de Alapraia. Pretende-se então dar resposta à diversidade da comunidade educativa, sendo por isso um instrumento de gestão pedagógica que promove a qualidade, a igualdade de oportunidades e uma cultura de análise, reflexão e partilha.

A estrutura do Projeto obedece a uma definição de objetivos que constituem as linhas de orientação para as opções e currículos, tendo em conta a própria orgânica do Agrupamento que implica a existência dos seguintes níveis de ensino: Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos.

1. Campos de decisão curricular

1.1. Visão pedagógica

O desafio lançado às Escolas prende-se com o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva real e efectiva, exigindo-se que a Escola seja reflexiva nas suas práticas, de modo a serem desenvolvidos processos pedagógicos que facultem a realização de aprendizagens, por parte de todos, independentemente dos contextos.

A escola inclusiva promove aprendizagens para todos os alunos e operacionaliza o perfil de competências para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. Consequentemente, num quadro de autonomia e de flexibilidade curricular pretende-se desenvolver um currículo adequado aos contextos específicos e às necessidades de todos e de cada aluno.

A visão pedagógica do Agrupamento de Escolas de Alapraia consagra uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno, garantindo uma educação de qualidade que contempla aspetos académicos, comportamentais, sociais, emocionais bem como fatores ambientais.

Nesta perspetiva, reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, promovendo o seu envolvimento em todo o processo educativo.

1.2. Estratégia Global

A Escola planifica as suas práticas tendo por base dois modelos específicos, nomeadamente, o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) e o Modelo de Intervenção Multinível, potenciadores da operacionalização e ou (re)criação de um currículo promotor da participação e do progresso de todos os alunos.

A intervenção centrada em cada aluno realiza-se de acordo com a distribuição de medidas em três camadas distintas (medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais), proporcionando uma resposta rápida e específica para cada aluno. Esta abordagem permite uma intervenção preventiva e atempada, um contínuo de intervenções, o enfoque na dimensão pedagógica e curricular, a avaliação para a aprendizagem, bem como a reorganização organizacional e

funcional. Consequentemente, exige uma monitorização regular dos processos, uma avaliação formativa focada nos processos e impulsionadora da aprendizagem bem como um trabalho colaborativo e cooperativo entre todos.

1.3 Opções e prioridades

Em conformidade com os domínios de intervenção e os objetivos estratégicos plasmados no Projeto Educativo, o Conselho Pedagógico definiu estratégias específicas passíveis de potenciar a operacionalização do currículo, nomeadamente:

1. Equipas pedagógicas com o menor número de docentes possível;
2. Definição de turmas contíguas;
3. Os horários dos professores desenhados de forma a permitir o trabalho colaborativo;
4. A organização do horário das turmas definida de modo a permitir estruturar grupos temporários de alunos, a fim de “não deixar ninguém para trás” (cfr. OCDE 2030);
5. Definição de domínios de Articulação Curricular;
6. Implementação de coadjuvações em diversas áreas e disciplinas.

1.4 Métodos e Estratégias de Ensino e de Avaliação

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a «Abordagem multinível» é a opção metodológica que permite o acesso ao currículo ajustada às potencialidades e dificuldades dos alunos, com recurso a diferentes níveis de intervenção, através de: medidas universais, que constituem respostas educativas a mobilizar para todos os alunos; medidas seletivas, que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais; e medidas adicionais, que visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem, exigindo recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Por conseguinte, o foco é o aluno e a gestão pedagógica de dispositivos didáticos deve ter em conta a diversidade de estratégias de ensino; a diversidade de atividades,

em graus variados de sofisticação e em diferentes períodos de tempo; modos flexíveis de organizar os grupos/alunos; a quantidade e variedade de estratégias de apoio por parte do professor ou dos colegas e a diversidade de processos de avaliação, em particular a dimensão formativa, incluindo registos de progressos (do professor e do aluno).

2. Oferta formativa

- Educação Pré-escolar: 2 salas JI Areias; 1 sala JI Bicesse; 1 sala JI Caparide; 2 salas JI Manique; 2 salas JI S. Pedro;
- Ensino Básico: 1.º ciclo – 23 turmas (EB1 Areias – 4; EB1 Bicesse – 4; EB1 Caparide – 4; EB1 Manique – 7; EB1 S. Pedro – 4)
- Ensino Básico – 2.º ciclo – 11 turmas do ensino regular de 5.º de 6.º anos; Ensino Básico – 3.º ciclo – 19 turmas do ensino regular.

3. Complemento à Educação Artística/Oferta Complementar – Comunicação e Arte (C&A)

O complemento à Educação Artística preconizado na matriz curricular de 7.º (todas as turmas) e 8.º anos (turmas A e B) bem como a Oferta Complementar nas demais turmas do 3.º ciclo, ainda não abrangidas pelo Decreto-Lei 55/2018, visa contribuir para a formação integral dos alunos numa área artística.

Pretende-se que os alunos pensem criticamente o mundo, desenvolvendo competências inerentes ao pensamento crítico e ao pensamento criativo, à sensibilidade estética e artística. Assim, os alunos deverão ser capazes de compreender que os estudos da arte estão intrinsecamente ligados à história da humanidade, num contexto sociocultural e político, abrangendo diferentes períodos, movimentos, tempos e espaços.

4. Tutorias

O Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, na sua redacção actual, enquadra, no artigo 44.º, a figura do professor tutor, remetendo para o regulamento interno dos estabelecimentos de ensino a definição de outras competências consideradas pertinentes. Assim, os planos de intervenção do professor tutor devem contemplar uma dinâmica colaborativa em que participam alunos, docentes e encarregados de educação.

Sem prejuízo de outras modalidades de tutoria, o Despacho Normativo n.º 10-B/2018, 6 de julho, estabelece que cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos, que apresente duas ou mais retenções no seu percurso escolar.

5. Funcionamento das Atividades

a. Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas:

- **Educação Pré-Escolar**

- i. Atividades letivas – das 9h00 às 15h00;
- ii. AAAF – das 15h00 às 18h30 (com 30 minutos de tolerância);
- iii. Interrupções letivas – das 9h00 às 18h30.

- **Ensino Básico – 1º ciclo**

- iv. Atividades letivas – das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 15h45 (poderá estender-se até às 17h30)
- v. Atividades de enriquecimento curricular – das 16h30 às 17h30;
- vi. Componente de Apoio à Família – das 17h30 às 18h30;
- vii. Interrupções letivas (CAF) – das 9h00 às 18h30.

- **Ensino Básico – 2º ciclo – Blocos de 45 ou 90 minutos**

- viii. Das 8h30 às 12h00 e das 13h05 às 17h05, respeitando o Plano de Estudos;
- ix. As aulas de apoio ao estudo funcionam, preferencialmente, no final do tempo letivo.

- **Ensino Básico – 3º ciclo – Blocos de 45 ou 90 minutos**

- x. Das 8h30 às 12h50 e das 13h50 às 17h05, respeitando o Plano de Estudos;
- xi. As aulas de apoio funcionam, preferencialmente, no final do tempo letivo.

As aulas de apoio funcionam, preferencialmente, no final do tempo letivo.

6. Critérios para a elaboração dos horários dos alunos

No âmbito das suas competências, o conselho pedagógico definiu critérios a que obedece a elaboração dos horários dos alunos, que se encontram em documento anexo ao Regulamento Interno.

7. Critérios para a formação de turmas/ distribuição de alunos

No âmbito das suas competências, o conselho pedagógico definiu critérios a que obedece a elaboração dos horários dos alunos, que se encontram em documento anexo ao Regulamento Interno.

8. Critérios para a distribuição do serviço docente

O Despacho Normativo n.º 10-B/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 129, de 6 de julho, estabelece as normas relativas à distribuição de serviço docente. Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, compete à diretora distribuir o serviço docente.

a. Na distribuição de serviço deve ter-se em conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma. Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos humanos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam, como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

b. Os horários dos docentes seguem o estipulado na legislação em vigor.

c. Todos os horários devem contemplar um período para reuniões e/ou trabalho colaborativo, sempre que possível, marcado à quarta-feira a partir das 14 horas.

d. Sempre que possível, são constituídas equipas pedagógicas estáveis ao longo de cada ciclo.

e. O trabalho colaborativo entre docentes desenvolve-se em equipas pedagógicas organizadas por ano de escolaridade.

f. A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina deverá ser equilibrada e, sempre que possível, não superior a um.

g. As coordenadoras dos diretores de turma devem ter um bloco em comum de trabalho colaborativo.

h. A componente letiva a constar no horário semanal de cada docente encontra-se fixada no artigo 77.º do ECD (Estatuto da Carreira Docente), considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, ou 22 horas semanais (1100

minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial e o grupo de inglês do 1.º ciclo (120).

i. O horário semanal dos docentes é de 35 horas (1750 minutos), composto por Componente Letiva + Componente Não Letiva + Trabalho Individual.

j. Nos termos do artigo 79.º do ECD, a componente letiva do trabalho semanal, a que estão obrigados os docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial, é reduzida consoante a idade e o tempo de serviço, 50, 55 e 60 anos:

- 50 anos de idade e 15 de serviço: 2 horas de redução;
- 55 anos de idade e 20 anos de serviço: + 2 horas de redução;
- 60 anos de idade e 25 anos de serviço: + 4 horas de redução.

k. A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82.º do ECD e abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho na escola.

l. A diretora estabelece três tempos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente de modo a que, nos termos do n.º 4 do artigo 82.º do ECD, fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos. A estas horas acrescem as que cada docente tem de redução na componente letiva ao abrigo do artigo 79º do ECD.

m. Para o exercício de funções de diretor de turma, serão atribuídos dois tempos letivos e dois tempos não letivos.

n. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os dois tempos da componente não letiva poderão ser atribuídos a outro docente do conselho de turma que seja o responsável pelo acompanhamento dos alunos e que venha a ser designado pela diretora.

o. A diretora garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente registado no horário nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do ECD.

p. O horário letivo do docente deve contemplar um período para almoço de, no mínimo, 1 hora (60 minutos).

q. A direção de instalações deve ser atribuída apenas a docentes com redução do Art.º 79.

r. O exercício de cargos de coordenação pedagógica nas estruturas de supervisão ou de orientação educativa ou outros deve incluir-se, preferencialmente, na componente não letiva de trabalho ao nível de estabelecimento e nas horas de redução de que o docente usufrui ao abrigo do artigo 79º do ECD, devendo para tal serem consideradas:

- 2 ou 4 tempos (consoante o n.º de elementos) – coordenações dos departamentos curriculares; coordenações dos diretores de turma
- 2 tempos – coordenação do desporto escolar;
- 2 tempos – direção de instalações; coordenação do projecto limites e Desafios; coordenação da equipa de autoavaliação da escola;
- 1 tempo – supervisão pedagógica no caso de departamentos com mais de um grupo de recrutamento e sempre que o respetivo n.º de docentes for igual ou superior a três.

s. O horário semanal distribuído aos docentes da Educação Especial prevê o acompanhamento de alunos com necessidades específicas de diferentes turmas.

t. O horário dos docentes do Ensino Especial no 1º ciclo corresponde a tempos de 60 minutos. Nos restantes ciclos o horário corresponde a segmentos de 45 minutos.

9. Articulação curricular

As atividades constantes no Plano Anual de Atividades são propostas pelos departamentos e grupos disciplinares e têm como referência os pressupostos enunciados no Projeto Educativo, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento das Metas ali definidas.

A articulação e a gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do Agrupamento, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos.

A articulação e a gestão curricular são asseguradas pelos departamentos curriculares nos quais se encontram representados os grupos de recrutamento e as áreas disciplinares.

10. Matrizes curriculares

1.º Ciclo – 3.º e 4.º anos

Componentes do currículo	Carga Horária Semanal	
		Total
Áreas disciplinares		
Português	7h	24h30 min + 2h 30 min (intervalos) = 27h
Matemática	7h	
Estudo do Meio	3h	
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	3h	
Apoio ao Estudo	1:30h	
Inglês	2h	
Oferta Complementar – Educação para a Cidadania e Desenvolvimento de Projetos	1h	
Educação Moral e Religiosa Católica	1h	1h
Atividades de Enriquecimento Curricular	3h	3h

Matriz curricular do 1.º ciclo em flexibilidade curricular, de acordo com o Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho.

Componentes do currículo	Carga Horária Semanal (a) (horas)
	1.º e 2.º anos
Português Matemática Estudo do Meio	6h30min 7h 3h
Educação Artística (Artes visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música) Educação Física	4h
Apoio ao Estudo (b) Oferta complementar	1h 1h
Inglês	-----
Cidadania e Desenvolvimento (c)	Área de natureza Transversal
T.I.C. (c)	Área de natureza Transversal
Total (d)	25h (inclui 2h30min para intervalos)
Educação Moral e Religiosa Católica (e)	1h
Atividades de Enriquecimento Curricular	5h

- a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- b) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.
- c) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.
- d) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
- e) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

2.º Ciclo

COMPONENTES DO CURRÍCULO Áreas disciplinares/ Disciplinas	CARGA HORÁRIA SEMANAL (45 minutos)		
	Parcial		Total (em minutos)
	5.º	6.º	
Línguas e Estudos Sociais			1350 / 1395 (com EMRC) (Por ano de escolaridade)
Português	5	5	
Inglês	3	3	
História e Geografia de Portugal	3	3	
Cidadania e Desenvolvimento (a)	1	1	
Matemática e Ciências			
Matemática	5	5	
Ciências Naturais	3	3	
Educação Artística e Tecnológica			
Educação Visual	2	2	
Educação Tecnológica	2	2	
Educação Musical	2	2	
TIC (a)	1	1	
Educação Física	3	3	
Educação Moral e Religiosa (b)	1	1	
Apoio ao Estudo (c)	2	2	90

(a) Disciplina em alternância semanal, funcionando em blocos de 90 minutos.

(b) Disciplina de frequência facultativa.

(c) Organização de alunos em grupos de trabalho.

Matriz curricular do 3.º ciclo sem flexibilidade curricular

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal (45 minutos)		
		8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
	Português	5	5	15
	Línguas Estrangeiras			16
	Inglês	3	3	
	Língua estrangeira II a)	2	2	
	Ciências Humanas e Sociais			16
	História	3	3	
	Geografia	2	3	
	Matemática	5	5	15
	Ciências Físicas e Naturais			18
	Ciências Naturais	3	3	
	Físico-Química	3	3	
	Expressões e Tecnologias			11
	Educação Visual	2	3	
	TIC b)	1	-	
	Oferta de Escola – Comunicação e Arte b)	1	1	
	Educação Física	3	3	9
	Educação Moral e Religiosa c)	1	1	3
	Oferta Complementar - Cidadania	1	1	3

a) Francês ou Espanhol

b) As disciplinas de TIC e de Comunicação e Arte funcionam em regime semestral e alternadamente.

c) Disciplina de frequência facultativa.

Matriz curricular de todas as turmas de 7.º ano e das turmas A e D do 8.º ano, abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

COMPONENTES DO CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (45 minutos)			Total (em minutos)
	Parcial			
	7.º	8.º		
Áreas disciplinares				
Português	5	5		1500 / 1545 (com EMRC) por ano de escolaridade
Línguas Estrangeiras:				
 Inglês	3	3		
 Língua Estrangeira II	2	2		
Ciências Sociais e Humanas				
 História	3	2		
 Geografia	2	2		
 Cidadania e Desenvolvimento (a)	1	1		
Matemática	5	5		
Ciências Físico-Naturais:				
 Ciências Naturais	3	3		
 Físico-Química	3	3		
Educação Artística e Tecnológica:				
 Educação Visual	2	2		
 Complemento à Educação Artística (C&A)	1	1		
 TIC (a)	1	1		
Educação Física	3	3		
Educação Moral e Religiosa (c)	1	1		

(a) Disciplina em alternância semanal, funcionando em blocos de 90 minutos.

(b) Disciplina de frequência facultativa.

(c) O quarto tempo atribuído resulta dos 15 minutos sobrantes do 8.º e do 9.º anos.

11. O Centro de Apoio à Aprendizagem

Nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, o Centro de Apoio à Aprendizagem é uma estrutura dinâmica, plural e agregadora dos recursos humanos e materiais, que mobiliza os saberes e as competências existentes no Agrupamento para a inclusão, valorizando os saberes e as experiências de todos.

De acordo com as alíneas b) e e) do n.º 4, do artigo 10.º, da lei supracitada, o Agrupamento oferece três respostas diferenciadas ao nível do desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado bem como espaços para o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Apesar de o Agrupamento não ser uma escola de referência nos domínios da visão e da educação bilingue, oferece respostas educativas especializadas para todas as áreas e valências estipuladas nos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei 54/2018, 6 de 2018.

O centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas do Agrupamento, tem como objetivos gerais:

- a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/ turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós -escolar;
- c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

12. Português Língua Não Materna

O Agrupamento proporciona aulas de Português Língua Não Materna aos alunos recém-chegados ao sistema educativo que não tenham o português como língua materna, de forma a oferecer condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo, nomeadamente no que respeita à aprendizagem e ao domínio suficiente da língua portuguesa, como veículo de todos os saberes escolares.

13. Medidas de Promoção do Sucesso Escolar

As medidas de reforço da autonomia e de flexibilidade no desenvolvimento do currículo visam possibilitar a melhoria das aprendizagens dos alunos, garantindo que todos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

As horas de apoio educativo para os alunos dos três ciclos do ensino básico e do ensino secundário utilizam -se, apenas, com base nas necessidades reais que em cada momento do ano letivo são identificadas.

Apoio ao estudo

O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

No 2.º ciclo constitui-se como oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória para os alunos indicados pelo conselho de turma, obtida a anuência dos encarregados de educação.

O Apoio ao Estudo é parte integrante do horário da turma e dos professores. Serve para aquisição e consolidação de hábitos de estudo, recuperação e preparação dos alunos, devendo, por isso, ao longo de todo o ano letivo, ser permanentemente frequentado pelos alunos designados pelo Conselho de Turma.

Apoios

É garantido a todos os alunos do 3.º ciclo a diferenciação pedagógica em contexto de sala de aula. Na distribuição do serviço letivo, a direção garante, dentro da medida do possível, a lecionação de aulas de apoio, preferencialmente pelos professores da turma, aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Frequentam prioritariamente estes apoios os alunos que ficaram retidos no ano letivo anterior e que obtiveram nível inferior a 3 ou não satisfaz à disciplina. Estende-se o apoio aos alunos com dificuldades diagnosticadas ao longo dos 1.º e 2.º períodos, com Plano Individual de Acompanhamento e défice ao nível do desenvolvimento de determinadas competências, apesar da transição de ano.

A frequência por parte de um aluno às aulas de apoio está dependente da sua indicação em Conselho de Turma e da aprovação do seu Encarregado de Educação.

Coadjuvação

A adoção da medida de coadjuvação em sala de aula deve assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos. Funciona como uma bolsa de horas, para ser utilizada de acordo com as necessidades detetadas a cada momento.

Projeto Fénix

Este projeto procura combater o insucesso escolar, proporcionando condições para que todos os alunos possam realizar aprendizagens e consolidar saberes.

No Agrupamento, existem turmas de 1.º e de 2.º ciclo em que se preconiza uma modalidade mais flexível deste projeto, por forma a rentabilizar as horas atribuídas à coadjuvação, com o objetivo de criar grupos de alunos de heterogeneidade relativa.

Limites e Desafios

Este projeto desenvolve-se em duas áreas de intervenção que se articulam com três metas: Sucesso educativo, desenvolvimento pessoal e social e relação/comunicação entre a escola e a comunidade.

São objetivos do projecto:

- Identificar situações problemáticas de alunos e suas famílias.
- Atuar em relação a alunos sinalizados (dificuldades de aprendizagem, comportamentos infratores dos deveres do aluno ou de risco, abandono escolar).
- Implementar medidas de integração dos alunos na escola.
- Implementar hábitos de organização do estudo, em casa e na escola, junto dos alunos e suas famílias.
- Promover um ambiente de trabalho em espaço de sala de aula propiciador das aprendizagens.
- Promover o bem-estar nos espaços de convívio.
- Apoiar os professores na resolução de problemas/conflitos comportamentais.
- Concretizar medidas de capacitação parental.
- Promover a gestão comportamental.
- Promover o sucesso educativo.
- Promover a melhoria da qualidade das aprendizagens.

Projetos Extracurriculares

A participação em projetos de escola é voluntária e está aberta aos alunos que se integram no perfil dos destinatários definidos.

Constam do Projeto Educativo do Agrupamento e são os seguintes:

- Clube de Imagem
- Clube Érgon
- Desporto Escolar
- Desporto Escolar Adaptado: Vela Adaptada
- Eco-Escolas
- Saúde
- Espaço Zen
- OP Jovem
- Assembleia de Escola
- Workshop de Imagem

Todos os projetos de desenvolvimento educativo que envolvam atividades de complemento curricular realizadas para além do horário destinado às diferentes áreas estabelecidas no currículo devem reger-se por um regulamento elaborado e submetido pelos respetivos responsáveis à Direção e ao Conselho Pedagógico da Escola.

Os projetos de desenvolvimento curricular são propostos até ao final do ano escolar anterior e integram o Plano Anual de Atividades.

Tendo em vista a coordenação dos projetos desenvolvidos no Agrupamento efetua-se uma reunião por período letivo de todos os responsáveis, com a presença do Presidente do Conselho Pedagógico.

Até ao final de cada ano escolar, os professores responsáveis pelos projetos desenvolvidos nesse ano elaboram e entregam aos órgãos executivo e pedagógico da Escola um relatório de avaliação do trabalho realizado. Não pode ser aprovada a continuidade de um projeto sem ter sido entregue o relatório de avaliação do ano anterior.

14. Avaliação

A avaliação, sustentada por uma dimensão formativa, é parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação.

Enquanto processo regulador do ensino e da aprendizagem, a avaliação orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Na avaliação devem ser utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.

A avaliação assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria, incluindo um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos alunos.

CrITÉRIOS de avaliação

No início do ano letivo, compete ao conselho pedagógico do agrupamento de escolas definir os critérios de avaliação sob proposta do conselho de docentes no pré-escolar e no 1.º ciclo e dos departamentos curriculares, nos 2.º e 3.º ciclos.

Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Avaliação interna das aprendizagens

A avaliação da aprendizagem compreende as modalidades de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e

instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo, com o envolvimento dos alunos no processo de autorregulação das aprendizagens, fundamentar o apoio às mesmas, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos pais e encarregados de educação.

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.

Avaliação externa das aprendizagens

A avaliação externa tem como referencial base as Aprendizagens Essenciais, previstas no n.º 2 do artigo 17.º, enquanto denominador curricular comum, devendo ainda contemplar a avaliação da capacidade de mobilização e de integração dos saberes disciplinares, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A avaliação externa contempla as provas de aferição para o 2.º, 5.º e 8.º anos e as provas finais de ciclo, Português e Matemática no 9.º ano.

15. Ocupação de alunos por ausência do professor

No pré-escolar e no 1.º ciclo, na situação de falta prevista pelo docente, este deverá, de acordo com a lei, comunicar à Direção e à coordenadora de estabelecimento a intenção de faltar ao serviço. Neste caso, entrega o plano de aula que será aplicado por um professor, preferencialmente, do apoio educativo. No caso de faltar mais do que um docente e não se poder cumprir o estipulado no período anterior, caberá à coordenadora da escola, ponderadas as condições físicas existentes, assegurar a distribuição dos alunos ou encontrar, em articulação direta com a Direção, outra solução que se afigure adequada.

Nos 2.º e 3.º ciclos, os alunos são encaminhados para a sala de alunos onde, sob a orientação de um ou mais docentes, cumprem as tarefas propostas pelo professor da disciplina, em caso de falta prevista.

Em caso de falta imprevista, os alunos poderão visualizar filmes ou ler obras requisitadas no CRE. Podem ainda realizar trabalhos de casa ou estudar para as diversas disciplinas.

Em caso de ausência da turma por participação em visita de estudo, o professor fica disponível no Agrupamento para realizar a ocupação de tempos escolares em turmas sem professor.

16. Formação contínua

O Conselho Pedagógico elabora um plano anual de formação contínua de acordo com as necessidades apresentadas pelos departamentos curriculares. Posteriormente, este plano é enviado ao Centro de Formação Contínua de Cascais que apresentará resposta a essas necessidades.

17. Autoavaliação do Agrupamento

Com o objetivo de melhorar a qualidade do seu serviço, o Agrupamento solicitou o apoio de uma entidade externa com conhecimento e experiência na área de autoavaliação, que tem acompanhado este processo. Nomeou também uma equipa de autoavaliação, que integra quatro professores do quadro, que coordena quatro equipas constituídas para operacionalizar o projeto de ações de melhoria, decorrente do relatório de autoavaliação, que consubstancia os seguintes aspetos:

- Promover estratégias mais eficazes de resolução da indisciplina;
- Melhorar a articulação horizontal e vertical entre os vários ciclos, na promoção da melhoria dos resultados escolares;
- Melhorar a comunicação;
- Promover e implementar os processos de supervisão.

Alapraia, 12 de julho de 2018